AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: Nº 15/2026
Processo Administrativo: N° 15/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Igaratinga/MG, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento, de ***menor preço por lote***, na hipótese do art. 75, *inciso II,* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 67/2024 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 29/10/2026 ÀS 09 HORAS

Endereço Eletrônico: www.Igaratinga.mg.leg.br

Horário da abertura e análise das propostas: 29/10/2026 às 09 HORAS

Critério de Julgamento: **Menor Preço por Lote**

CONTRATANTE:
Câmara Municipal de Igaratinga/MG

CNPJ: 23.768.732/0001-21

Endereço: Rua Conceição Maria de Jesus nº 25 – Centro – Igaratinga/MG

Telefone: 037 32461201 – 037 32461414

E-mail: compraselicitacoes@igaratinga.mg.leg.br

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:
Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais e implantação de sistema de segurança eletrônica (CFTV), com instalação e configuração, e para configuração e manutenção do sistema de alarme existente Intelbras ANM 24 NET, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.784,91 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos)

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: 22/10/2026 à 29/10/2026 ÀS 08:45 HORAS

DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 29/10/2026 às 09 HORAS

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim

O Aviso de Contratação Direta poderá ser obtido na íntegra na sede da Câmara Municipal de Igaratinga/MG, situada na Rua Conceição Maria de Jesus nº 25 – Centro – Igaratinga/MG, ou através do site: www.igaratinga.mg.leg.br.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA: Nº 15/2026
Processo Administrativo: N° 15/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa visando a aquisição de equipamentos e materiais para implantação de sistema de segurança eletrônica, circuito fechado de televisão (CFTV), composto por câmeras de segurança, gravador digital de vídeo (DVR), disco de armazenamento, fontes de alimentação, cabos e acessórios de conexão e televisor para monitoramento de imagens, bem como a prestação de serviços de instalação, configuração e manutenção do sistema CFTV e a configuração e manutenção do sistema de alarme existente da marca "Intelbras ANM 24 NET", tudo conforme as especificações, quantitativos e condições discriminados neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela constante no item 3, do Termo de Referência (Anexo I deste Aviso).

1.3. Havendo mais de um item faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO, DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA PUBLICIDADE

2.1. Poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive microempreendedores individuais, e cooperativas abrangidas pelo art. 34 da Lei nº 11.488/2007, com atividade compatível e condições para a execução integral do lote escolhido, observados os arts. 3º e 42 a 49 da LC nº 123/2006 e o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O tratamento exclusivo adotado no Termo de Referência, observará os arts. 47, 48, inciso I, e 49, inclusive inciso IV, da LC nº 123/2006, em conjunto com os arts. 4º e 189 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 8º da Resolução nº 67/2024. Sua adoção pressupõe justificativa nos autos e verificação das exceções legais. Não há restrição territorial de sede ou domicílio dos participantes.

2.3. A condição de beneficiário será declarada no Anexo VI e poderá ser comprovada através da a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento. Não será exigida certidão de Junta Comercial incompatível com o tipo de registro do participante. A opção pelo Simples Nacional não constitui requisito autônomo de participação.

2.4. As cooperativas deverão atender ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e apresentar o Anexo VII. Eventual consórcio deverá atender ao art. 15 da mesma Lei; todos os seus integrantes deverão preencher as condições de participação exclusiva e de compatibilidade com o objeto, com compromisso de constituição, indicação de líder e responsabilidade solidária, sem participação simultânea isolada ou em outro consórcio.

2.5. Não poderão participar pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a Administração nas condições do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, particularmente:

2.5.1. autores de anteprojeto, projeto básico ou executivo e empresas relacionadas, nas hipóteses e ressalvas legais;

2.5.2. fornecedores atingidos por sanção impeditiva vigente e cujo alcance abranja esta contratação;

2.5.3. pessoas com vínculos técnicos, comerciais, econômicos, financeiros, trabalhistas ou civis com dirigente ou agente atuante na contratação, gestão ou fiscalização, ou seus cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau, nas hipóteses legais;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;

2.5.5. pessoas condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, nos cinco anos anteriores à divulgação, por exploração de trabalho infantil, submissão a condições análogas às de escravo ou contratação ilícita de adolescentes;

2.5.6. agentes públicos da CONTRATANTE e terceiros alcançados pelos impedimentos legais; e pessoas que atuem fraudulentamente em substituição a fornecedor sancionado, mediante comprovação e prévia oportunidade de manifestação.

2.6. Serão admitidas as formas de apresentação abaixo, sem obrigatoriedade de comparecimento à sessão: protocolo presencial na sede da Câmara; correspondência postal ao endereço indicado; ou e-mail institucional indicado no quadro-resumo.

2.7. Na forma física, a proposta e a documentação deverão ser apresentadas em dois envelopes lacrados, identificados com o número do procedimento, nome e CNPJ do fornecedor, lote pretendido e as expressões "Proposta comercial" e "Documentos de habilitação". Na forma eletrônica documental, deverão ser encaminhadas em arquivos separados, legíveis e assinados, preferencialmente em PDF. O recebimento por e-mail não constitui disputa em plataforma eletrônica.

2.8. As propostas deverão ser efetivamente recebidas até o horário final. Na correspondência postal, considera-se a chegada e o protocolo, não a data da postagem. No e-mail, considera-se o registro de recebimento na caixa institucional; o fornecedor deverá solicitar confirmação e conservar o comprovante. Falha comprovadamente

imputável à Administração será examinada e tratada por decisão motivada, com preservação da isonomia.

2.9. A Administração registrará o recebimento, restringirá o acesso aos documentos aos servidores encarregados da guarda e preservará seu conteúdo contra divulgação antecipada. A abertura e a análise serão feitas no horário indicado e registradas em ata, inclusive quanto às propostas recebidas por e-mail. O fornecedor poderá substituir sua proposta antes do encerramento, prevalecendo a última versão tempestiva expressamente identificada.

2.10. A sessão de abertura será presencial, na sede da Câmara, sem utilização de sistema de disputa eletrônica e sem lances públicos sucessivos, observados o art. 47, § 2º, e 54 e 55 da Resolução nº 67/2024.

2.11. Não será exigida visita técnica como condição de habilitação. Será facultado agendamento pelo e-mail institucional, em datas e horários distintos, garantindo-se aos interessados o mesmo acesso às informações necessárias, nos termos do Anexo I. Esclarecimentos materiais serão divulgados a todos, sem exposição de credenciais ou de dados de segurança desnecessários.

2.12. O Aviso e seus anexos serão disponibilizados integralmente no sítio oficial, com extrato no Diário Oficial, e mantidos acessíveis fisicamente na sede. Adota-se o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis para obtenção de propostas adicionais, conforme art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e art. 55 da Resolução. Para a sessão matutina de 27/10/2026, a divulgação está prevista para 21/10/2026, assegurando-se os dias úteis de 22, 23 e 26/10, desde que haja expediente nesses dias. Se isso não ocorrer, será publicado novo cronograma antes da abertura.

2.13. A publicidade do ato autorizativo, do instrumento firmado e de seus aditamentos observará os arts. 72, parágrafo único, e 94 da Lei nº 14.133/2021. Quando aplicável, a publicação no PNCP ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura. Somente enquanto preenchidos os pressupostos do art. 176, parágrafo único, e dos arts. 99 e 100 da Resolução, admite-se o regime transitório de divulgação em Diário Oficial e disponibilização física, sem prejuízo da publicação integral no sítio oficial. A não utilização de plataforma de disputa não se confunde com a publicidade no PNCP.

3. DA PROPOSTA COMERCIAL E DAS DECLARAÇÕES

3.1. A proposta, elaborada preferencialmente conforme Anexo III, indicará razão social, CNPJ, endereço, contato, representante e lote ou lotes cotados. Deverá conter a descrição dos bens e serviços, marca e modelo dos equipamentos, unidade, quantidade, preço unitário, total por componente e total por lote. Para serviços, não se exige indicação de marca.

3.2. Os preços serão apresentados em reais, com até duas casas decimais, abrangendo todos os custos diretos e indiretos: tributos, encargos, frete, carga e descarga, deslocamentos, acessórios, instalação, configuração, desmontagem, testes e garantias previstos no escopo.

3.3. A proposta terá validade mínima de 60 (sessenta) dias da apresentação. Vinculam o proponente as especificações e os preços apresentados, ressalvados o saneamento admissível e a negociação registrada. O reequilíbrio e as alterações legais não são afastados por esta vinculação.

3.4. O fornecedor apresentará as declarações dos Anexos V e VI e, quando cooperativa, do Anexo VII, abrangendo inexistência de impedimentos, concordância com as condições, observância das reservas legais de cargos e da proibição constitucional de trabalho infantil, veracidade e inclusão dos custos trabalhistas legalmente devidos.

3.5. Não se exige catálogo, laudo ou atestado de capacidade técnica como documento prévio de habilitação. Na análise da proposta, poderão ser solicitados esclarecimentos objetivos ou informações do fabricante para confirmar características já ofertadas, sem criação posterior de requisito de qualificação e sem alteração substancial da proposta.

3.6. Erros formais ou aritméticos sanáveis poderão ser corrigidos com anuência do fornecedor, sem aumento do preço global do lote, modificação da substância ou prejuízo à isonomia. Não será exigido percentual tributário padronizado: cada fornecedor formará seus preços segundo sua situação legal, observadas as retenções cabíveis no pagamento.

4. DO JULGAMENTO, DA NEGOCIAÇÃO E DAS MANIFESTAÇÕES

4.1. A partir do horário de abertura serão registradas e ordenadas as propostas por preço global de cada lote. A seleção será comparativa, objetiva e documentada, sem rodada de lances públicos sucessivos.

4.2. A proposta classificada em primeiro lugar será examinada quanto à adequação técnica e à compatibilidade do preço global com o limite estimado. O setor requisitante ou apoio técnico poderá se manifestar por escrito, sem substituir a decisão do responsável pela condução.

4.3. Será admitida negociação para obtenção de condições mais vantajosas, inclusive quando o melhor preço já estiver abaixo do limite. Se permanecer acima do limite ou a proposta for desclassificada, a negociação prosseguirá com o próximo classificado, sucessivamente, sem alterar as condições essenciais do objeto.

4.4. A negociação, as convocações e seus resultados serão registrados e disponibilizados no processo. A proposta ajustada ou esclarecimentos complementares deverão ser apresentados no prazo da intimação, em regra de 1 (um) dia útil, admitida prorrogação motivada que não viole a isonomia.

4.5. Será desclassificada a proposta com vício insanável; que não atenda às especificações materiais; que permaneça acima do limite global do lote após negociação; ou cuja inexequibilidade seja demonstrada ou não seja esclarecida após diligência. Não se presume inexequibilidade exclusivamente pela diferença percentual em relação à estimativa.

4.6. Havendo indícios de preços inexequíveis, simbólicos ou inconsistentes, a Administração solicitará demonstração de viabilidade, custos ou condições específicas de fornecimento, assegurando manifestação antes da decisão. Não serão aplicados percentuais legais próprios de obras e serviços de engenharia a objeto não enquadrado nessa natureza.

4.7. No empate real entre propostas admissíveis, serão utilizados os critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na ordem e na medida aplicáveis, inclusive apresentação de proposta final pelos empatados em oportunidade comum e documentada. Persistindo empate após os critérios cabíveis, realizar-se-á sorteio público, com convocação de todos os empatados. Não serão criadas preferências territoriais fora das hipóteses legais.

4.8. Concluída a análise de aceitabilidade, examinar-se-á a habilitação do fornecedor mais bem classificado de cada lote. A desclassificação ou inabilitação será motivada, prosseguindo-se com o seguinte na ordem classificatória.

4.9. As atas e decisões serão divulgadas no sítio oficial e comunicadas aos participantes pelos contatos informados. Eventual suspensão terá sua motivação e a data de continuidade publicadas, sem exigir presença física para ciência ou manifestação.

4.10. O resultado do julgamento e da habilitação será divulgado como preliminar, assegurando-se aos participantes, por previsão deste Aviso, 3 (três) dias úteis para manifestação fundamentada, contados da divulgação e ciência pelos meios indicados. Quando houver interesse contraposto, será assegurado igual prazo para resposta. Os pedidos serão decididos motivadamente antes da autorização da contratação, sem prejuízo dos recursos e prazos legalmente cabíveis dos arts. 165 a 168 da Lei nº 14.133/2021.

5. DA HABILITAÇÃO E DA REGULARIZAÇÃO DAS ME/EPP

5.1. A habilitação observará exclusivamente o Anexo IV. Os documentos serão apresentados na forma do item 2.7 e analisados apenas em relação ao fornecedor mais bem classificado. A não apresentação inicial de documento sanável não gerará inabilitação automática, observadas as diligências legalmente admissíveis.

5.2. Serão consultados os cadastros oficiais pertinentes, inclusive CEIS e CNEP, e verificada a regularidade exigível antes da contratação. A mera existência de registro de penalidade sem efeito impeditivo, de ocorrência indireta ou de vínculo societário não autoriza

exclusão: serão examinados a vigência, o alcance da sanção e os fatos, com prévia manifestação quando necessária.

5.3. Serão aceitos documentos da matriz ou filial segundo sua abrangência legal, inclusive certidões emitidas de forma centralizada e atos constitutivos comuns. As consultas a sítios oficiais constituem meio válido de comprovação. Autenticidade poderá ser aferida na forma do art. 12, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, sem exigência generalizada de autenticação cartorial.

5.4. A Administração poderá promover diligências para esclarecer documentos, comprovar condição existente na data pertinente ou atualizar documento cuja validade tenha expirado após a apresentação, nos limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Não se admite criar condição de habilitação inexistente na data legalmente exigida.

5.5. As ME/EPP e equiparadas deverão apresentar toda a documentação fiscal e trabalhista, ainda que contenha restrição. Declarado vencedor o fornecedor, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, prorrogável por igual período a critério motivado da Administração, conforme arts. 42 e 43 da LC nº 123/2006. A contratação somente ocorrerá depois da regularização exigível.

5.6. A não regularização no prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da apuração de responsabilidade quando cabível, podendo ser convocado o seguinte classificado. A restrição fiscal ou trabalhista isolada não autoriza desclassificação antecipada antes do prazo legal.

6. DA AUTORIZAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO

6.1. Após o julgamento, a habilitação, as manifestações e a instrução do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 54 da Resolução nº 67/2024, o processo será encaminhado à autoridade competente para autorização da contratação, adjudicação e homologação, no que couber, ou para adoção de outra decisão motivada.

6.2. A contratação será formalizada por termo conforme Anexo VIII ou por nota de empenho ou instrumento hábil substitutivo, nos termos do art. 95, inciso I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão expressa da autoridade antes da convocação. A existência de garantia ou de outras obrigações futuras não afasta, por si só, a hipótese autônoma do inciso I.

6.3. No instrumento substitutivo serão identificados o processo, o fornecedor, o lote, o valor, a dotação, o prazo e as condições de execução. O Aviso, o TR, a proposta aceita e as cláusulas do Anexo VIII serão expressamente incorporados, inclusive quanto a garantias, pagamento, fiscalização, sanções e extinção. Não haverá contratação verbal.

6.4. O fornecedor será convocado para assinatura ou aceite em até 2 (dois) dias úteis do recebimento da comunicação, admitida prorrogação por igual período mediante solicitação justificada e aceita. A assinatura poderá ser física ou eletrônica qualificada, observada a Resolução nº 67/2024. A recusa será examinada com contraditório e na forma legal.

6.5. A vigência será de 60 (sessenta) dias contados da assinatura ou do aceite do instrumento substitutivo. A execução somente será iniciada após o atendimento dos requisitos de eficácia e o recebimento da ordem. O prazo de entrega e conclusão dos serviços é de 3 (três) dias corridos do recebimento da ordem, observado o expediente e as regras do Anexo I.

6.6. A vigência não se confunde com os prazos de execução, recebimento, pagamento ou garantia. As garantias subsistem após o término da vigência. A não conclusão de objeto por escopo será tratada nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 88 e 89 da Resolução, com registro da causa e apuração de responsabilidade quando cabível.

6.7. Os pagamentos, a gestão, a fiscalização, o recebimento e as obrigações das partes observarão integralmente o Anexo I e o Anexo VIII. Não serão exigidas garantia de proposta ou garantia de execução contratual dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das garantias dos equipamentos e dos serviços.

7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. São infrações administrativas as condutas do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, praticadas pelo fornecedor ou contratado, em especial:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial da contratação;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total da contratação;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida no procedimento;

7.1.5. não manter a proposta, salvo fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida quando convocado no prazo de validade da proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa no procedimento ou na execução;

7.1.9. fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7.2. Consideram-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa de enquadramento como ME/EPP e o conluio entre fornecedores. A responsabilidade será apurada em processo próprio, sem presunção de culpa.

7.3. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, conforme art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e arts. 96 a 98 da Resolução nº 67/2024.

7.4. A advertência aplica-se exclusivamente à inexecução parcial, quando não se justificar sanção mais grave. O impedimento aplica-se às infrações dos incisos II a VII do art. 155, quando não se justificar sanção mais grave, por até 3 (três) anos, no âmbito do ente federativo sancionador.

7.5. A declaração de inidoneidade aplica-se às infrações dos incisos VIII a XII do art. 155 e às demais hipóteses admitidas no art. 156, § 5º, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, alcançando a Administração Pública de todos os entes federativos, mediante análise jurídica prévia.

7.6. A multa compensatória será de 10% (dez por cento) do valor contratado do lote atingido pela infração; antes da formalização, a base será o valor proposto para o lote ou, na falta de proposta válida, seu valor estimado. Na dosimetria serão considerados a extensão da inexecução, a gravidade, os danos e a proporcionalidade, admitida redução motivada na forma do art. 98, § 1º, da Resolução, sem afastar os limites de 0,5% a 30% previstos no art. 156, § 3º, da Lei.

7.7. O atraso injustificado sujeita a CONTRATADA à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% (dez por cento) dessa parcela, inclusive em contratações por dispensa em razão do valor, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021.

7.8. A multa moratória poderá ser convertida em compensatória quando configurada inexecução, computando-se o valor já aplicado pelo mesmo fato e vedada dupla punição de idêntico fundamento. O conjunto das multas não superará os limites legais aplicáveis. Advertência, impedimento ou inidoneidade podem ser cumulados com multa quando cabível.

7.9. A autoridade máxima da Câmara aplicará as sanções, observada a competência do art. 96 da Resolução nº 67/2024, mediante processo com contraditório e ampla defesa. Para multa, o prazo de defesa será de 15 (quinze) dias úteis; para impedimento e inidoneidade, observar-se-á a comissão e o procedimento do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, agravantes e atenuantes, os danos, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade e os critérios da regulamentação local. A reparação integral do dano não é afastada pela penalidade.

7.11. A multa definitivamente exigível poderá ser recolhida administrativamente em 10 (dez) dias da comunicação de cobrança, compensada com créditos devidos, na forma legal, ou cobrada pelas vias cabíveis. Eventual retenção cautelar depende de decisão motivada, risco concreto e proporcionalidade, observado o art. 98, §§ 2º e 3º, da Resolução.

7.12. Cabem os recursos e o pedido de reconsideração previstos nos arts. 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos e com os efeitos legais. As informações sobre sanções serão atualizadas no CEIS e no CNEP em até 15 (quinze) dias úteis da aplicação, conforme art. 161, quando cabível, e a reabilitação observará o art. 163.

7.13. Permanecem aplicáveis as responsabilidades civil e penal e, quando cabíveis, as disposições do Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, incluídas pela Lei nº 14.133/2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Esclarecimentos e questionamentos poderão ser apresentados ao e-mail institucional ou por protocolo. Para viabilizar resposta antes da abertura, recomenda-se o envio até o dia útil anterior, sem afastar o dever de correção de ilegalidade a qualquer tempo. Respostas que influenciem a formulação das propostas serão divulgadas a todos; se necessário, o cronograma será suspenso e reaberto.

8.2. Alteração material do objeto, habilitação, critério de julgamento, preços de referência ou condições que interfiram na proposta exigirá retificação formal e nova divulgação com reabertura do prazo pertinente. Nenhuma regra de prevalência documental autoriza ignorar contradição capaz de prejudicar a isonomia.

8.3. Em caso de procedimento deserto ou fracassado, a Administração poderá republicar o Aviso, sanear exigências ou adotar outra providência legalmente motivada. A utilização de proposta da pesquisa de preços exige confirmação de validade, habilitação, vantagem, identidade de escopo e observância da LC nº 123/2006, com nova autorização e publicidade. Não haverá dispensa informal de requisitos ou afastamento automático da exclusividade.

8.4. Se a exclusividade ME/EPP não puder ser mantida por hipótese legal comprovada, a autoridade deverá motivar a decisão e dar publicidade à alteração antes de admitir participantes de outro porte, observados o art. 49 da LC nº 123/2006 e o art. 8º da Resolução.

8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo impedimento superveniente, a continuidade e os novos prazos serão comunicados no sítio oficial e aos participantes, preservada a divulgação mínima. Os prazos legais serão contados na forma do art. 183 da Lei nº 14.133/2021, com exclusão do dia inicial e inclusão do vencimento.

8.6. Os fornecedores arcarão com os custos de preparação de suas propostas. O procedimento não confere direito à contratação antes da decisão administrativa e da formalização. A anulação ou revogação observará a motivação, a ciência dos interessados e as garantias legais.

8.7. Dados pessoais serão tratados somente para as finalidades do procedimento e da execução, observados transparência, necessidade e segurança. Credenciais, imagens de segurança e dados pessoais não necessários à publicidade serão protegidos, sem prejuízo do acesso pelos órgãos de controle.

8.8. Integram este Aviso: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Tabela de valores de referência; Anexo III - Modelo de proposta; Anexo IV - Documentos de habilitação; Anexo V - Declarações gerais; Anexo VI - Declaração de enquadramento e de elegibilidade aos benefícios; Anexo VII - Declaração da cooperativa; Anexo VIII - Minuta do instrumento contratual e condições aplicáveis ao instrumento substitutivo.

8.9. As disposições serão interpretadas de forma harmônica com a legislação e com os anexos. Os casos omissos serão decididos motivadamente pela autoridade competente, vedada a criação posterior de condições restritivas. O foro competente é o da Comarca de Pará de Minas/MG, ressalvadas competências legais inderrogáveis.

8.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.1.1. ANEXO I – Termo de Referência
1.1.2. ANEXO II –Tabela de valores de referência
1.1.3. ANEXO III – Modelo de proposta
1.1.4. ANEXO IV –Documentação exigida para habilitação;
1.1.5. ANEXOS V a VII – Declarações

Igaratinga, 21 de outubro de 2026.

Valdete Aparecida da Silva Pinotti
Chefe de Compras e Licitações

Marcelo José Fernandes
Presidente da Câmara

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Câmara Municipal de Igaratinga/MG
Processo nº 15/2026

1- DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa visando a aquisição de equipamentos e materiais para implantação de sistema de segurança eletrônica, circuito fechado de televisão (CFTV), composto por câmeras de segurança, gravador digital de vídeo (DVR), disco de armazenamento, fontes de alimentação, cabos e acessórios de conexão e televisor para monitoramento de imagens, bem como a prestação de serviços de instalação, configuração e manutenção do sistema CFTV e a configuração e manutenção do sistema de alarme existente da marca "Intelbras ANM 24 NET", tudo conforme as especificações, quantitativos e condições discriminados neste Termo de Referência.

1.2. Os bens são classificados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, amplamente comercializadas por diversos fornecedores.

1.3. Não se pretende aquisição de bem de luxo. As características são vinculadas à finalidade administrativa, observado o art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e os arts. 9 a 15 da Resolução nº 67/2024.

1.4. A demanda original registra que a necessidade não estava prevista no Plano de Contratações Anual e decorreu de danos por eventos climáticos. O enquadramento como demanda imprevisível, extraordinária e urgente deverá ser documentado nos autos, na forma do art. 17, inciso I, da Resolução nº 67/2024, preservada a compatibilidade orçamentária.

1.5. A presente contratação observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da economicidade, do planejamento e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e a Resolução nº 67/2024 da Câmara Municipal de Igaratinga/MG, que regulamenta os procedimentos de contratação no âmbito do órgão.

2 – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade premente de restabelecimento do sistema de segurança eletrônica da Câmara Municipal de Igaratinga, que se encontra totalmente inoperante em razão de eventos climáticos ocorridos nos últimos dias.

2.2. As fortes chuvas e as descargas elétricas registradas no período danificaram de forma irreversível todas as câmeras de segurança do sistema de circuito fechado de televisão (CFTV), além de terem comprometido o funcionamento do sistema de alarme do prédio. Trata-se de dano súbito e imprevisível, decorrente de força maior, que privou o órgão, de uma hora para outra, de toda a sua capacidade de vigilância e monitoramento.

2.3. A situação impõe providência imediata, porquanto a Câmara Municipal abriga patrimônio público e acervo documental de valor inestimável, arquivos físicos, livros de atas, documentos de guarda permanente e bens móveis, cuja proteção depende diretamente do funcionamento contínuo dos equipamentos de segurança. A permanência do prédio sem cobertura de câmeras e sem alarme configura exposição a risco concreto de furto, depredação, vandalismo e perda definitiva de documentos essenciais à atividade parlamentar e à fiscalização dos atos administrativos, com potencial prejuízo ao erário e ao próprio cumprimento das competências institucionais do Legislativo municipal.

2.4. Ademais, o sistema de segurança eletrônica constitui medida de proteção ao patrimônio e à segurança das servidoras, servidores e vereadores, nos termos das atribuições de guarda e conservação do patrimônio público previstas na legislação de regência, sendo dever da Administração assegurar condições mínimas de segurança aos seus espaços de trabalho.

2.5. Diante do exposto, mostra-se necessária, urgente e justificada a aquisição dos equipamentos e materiais para implantação do sistema de segurança eletrônica, câmeras, gravador digital, fontes, cabos, acessórios e serviços de instalação e manutenção, bem como o restabelecimento do sistema de alarme, de modo a sanar a indisponibilidade atual e devolver ao órgão a plena capacidade de monitoramento e proteção de seu patrimônio.

2.6. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público, bem como as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.7. Nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a realização de licitação para contratação cujo valor seja inferior ao limite legalmente fixado, desde que observados os princípios que regem a Administração Pública e demonstrada a vantajosidade da contratação para o interesse público.

2.8. Quanto à fase de planejamento, registra-se que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP foi dispensada, nos termos do artigo 27, inciso I, da Resolução nº 67/2024 da Câmara Municipal de Igaratinga, que prevê ser facultativa a elaboração desse documento nas hipóteses de contratação direta fundamentadas nos incisos I, II, VII e VIII do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. A dispensa do ETP mostra-se adequada ao caso concreto, considerando a baixa complexidade do objeto, a reduzida expressão

econômica da contratação, a existência de diagnóstico técnico já realizado por empresa especializada e a inexistência de alternativas técnicas que demandem estudos aprofundados para definição da solução a ser adotada.

2.9. Ademais, todas as informações necessárias à caracterização da necessidade administrativa, à definição do objeto e à estimativa do custo encontram-se devidamente registradas nos documentos que instruem o presente processo, de modo que a não elaboração do ETP não compromete a regularidade da contratação nem a observância dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.10. A presente contratação será realizada de forma exclusiva com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos dos arts. 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, que autoriza a Administração a realizar as contratações previstas no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 exclusivamente com ME/EPP, desde que o valor estimado da contratação seja inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). A exclusividade ora adotada observa o princípio do tratamento favorecido e diferenciado conferido às ME/EPP pelo art. 4º da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e tem por objetivo fomentar a participação de pequenos negócios nas contratações públicas realizadas pela Câmara Municipal de Igaratinga.

3 – ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

LOTE 1 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), COM INSTALAÇÃO.					
Item	**Descrição / Especificações técnicas**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unitário médio (R$)**	**Valor total médio (R$)**
01	Câmera de segurança 2MP (1080p), compatível com o sistema	UN	8	287,47	2.299,76
02	Gravador digital de vídeo (DVR) 8 canais (contempla o disco de armazenamento das gravações – HD 1TB)	UN	1	1.745,33	1.745,33
03	Cabo para instalação (UTP/rede)	MT	200	4,62	924,00

04	Fonte de alimentação	UN	1	195,06	195,06
05	Instalação e configuração dos equipamentos	SV	1	770,00	770,00
06	Televisor 32 polegadas Smart (monitoramento das imagens)	UN	1	1.538,97	1.538,97
TOTAL DO LOTE 1					**7.473,11**

LOTE 2 – CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME – INTELBRAS ANM 24 NET					
Item	**Descrição / Especificações técnicas**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unitário médio (R$)**	**Valor total médio (R$)**
01	Configuração e manutenção do sistema de alarme Intelbras ANM 24 NET existente	SERV	1	311,80	311,80
TOTAL DO LOTE 2					**311,80**

3.1. O custo estimado total para a contratação é de **R$ 7.784,91 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos)**, conforme relatório de pesquisa de preço anexa.

3.2. Os valores acima constituem estimativas decorrentes de cotações com fornecedores na data da pesquisa (22/09/2026 a 09/10/2026) e não representam, por si sós, preço final a ser contratado; o preço efetivo será o ofertado na proposta classificada como mais vantajosa, observado o valor estimado como parâmetro de razoabilidade.

3.3. Especificações Técnicas – Itens lote 1:

Requisitos técnicos complementares:

3.3.1. as **câmeras de segurança digital**, resolução mínima 2MP (Full HD 1080p), deverão ser ofertadas para uso em ambientes internos e externos, atendendo cumulativamente aos seguintes requisitos mínimos:

a) sensor de imagem com resolução efetiva mínima de 2 megapixels (1920 x 1080);

b) iluminação infravermelha (IR) integrada, com alcance mínimo de 20 (vinte) metros, assegurando a captura de imagens em condições de baixa iluminação e ausência de luz;

c) grau de proteção mínima IP66, assegurando funcionamento contínuo em ambientes externos, expostos a chuva, poeira e variações de temperatura;

d) lente fixa com distância focal entre 2,8 mm e 3,6 mm, ou lente varifocal, desde que assegurado campo de visão horizontal mínimo de 90°, tecnologia de transmissão compatível com o gravador digital de vídeo (DVR) ofertado no mesmo lote, admitidos os padrões HD analógico (HD-CVI, HD-TVI ou AHD) ou IP, assegurando a integração plena do sistema, vedada a mistura de padrões incompatíveis entre si;

e) formato dome ou bullet, a critério do fornecedor, desde que atendidos os demais requisitos;

f) a proposta deverá compreender, sem custo adicional, todos os acessórios de transmissão e interconexão necessários ao padrão tecnológico ofertado (baluns, conectores, equipamentos de rede ou PoE, quando aplicável);

3.3.2. **Gravador digital de vídeo (DVR)** híbrido, 8 canais, com disco de armazenamento embutido, atendendo cumulativamente aos seguintes requisitos mínimos:

a) capacidade de 8 (oito) canais de gravação simultânea, compatível com a quantidade de câmeras do item 01;

b) arquitetura híbrida multi-protocolo, admitindo câmeras nos padrões HD analógico (HD-CVI, HD-TVI ou AHD) e IP (rede), assegurando a integração com qualquer câmera admitida no item 01;

c) disco de armazenamento interno embutido, capacidade mínima de 1TB, projetado para operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana (classe vigilância);

d) gravação e reprodução em resolução mínima Full HD 1080p (2MP), compatível com a resolução das câmeras do item 01;

e) saídas de vídeo HDMI e VGA, para conexão ao televisor ;

f) acesso remoto às imagens por aplicativo móvel e navegador de internet, sem custo adicional de licenciamento;

g) a proposta deverá compreender, sem custo adicional, todos os componentes de interconexão e transmissão necessários ao padrão tecnológico ofertado — baluns/passivos de transmissão por cabo UTP, quando adotado padrão analógico HD, ou equipamentos de rede (switches ou injetores PoE), quando adotado padrão IP, em quantidade suficiente para os 8 pontos de instalação, assegurando a integridade e a homogeneidade tecnológica do conjunto (câmeras + gravador + acessórios), vedada a mistura de padrões incompatíveis entre si;

3.3.3. **Cabo UTP**, categoria 5e ou superior, 4 pares, condutores de cobre, apto para uso interno e externo, metragem: 200 m

a) categoria 5e ou superior, compatível com o padrão de transmissão do sistema ofertado, HD analógico, via baluns/passivos, ou IP/rede

b) condutores de cobre nu, vedado o condutor CCA (alumínio recoberto de cobre), assegurando a integridade do sinal e a compatibilidade com os acessórios de transmissão;

c) apto para instalação em ambientes internos e externos, com proteção dos trechos expostos por eletrodutos ou canaletas, incluída no serviço de instalação (item 05);

d) a metragem de 200 m, deverá ser instalada integralmente, integrando o percurso completo (passagem, fixação, proteção e conexão aos pontos levantados), sem custo adicional, não se admitindo a entrega de material sem a respectiva instalação.

3.3.4. **Fonte de alimentação:**

a) tensão de saída de 12 V CC, compatível com as câmeras;

b) corrente nominal mínima de 10 A, dimensionada para alimentar simultaneamente as 8 (oito) câmeras em operação plena inclusive com a iluminação infravermelha ativada, com margem mínima de 20% sobre a carga total e considerando os percursos de cabeamento do item 03;

c) saídas individuais com proteção própria (fusível ou PTC) por canal, em quantidade suficiente para os 8 pontos de instalação, de modo que a falha de uma câmera não comprometa o funcionamento das demais;

d) entrada bivolt automática (100–240 V~), com proteções contra curto-circuito, sobrecarga e sobretensão.

3.3.5. **Televisor**

a) tela de 32 polegadas, resolução mínima Full HD (1920 x 1080), assegurando a exibição integral da resolução de gravação e reprodução do gravador do item 02, cadeia de imagem homogênea câmera (2MP) → gravador (1080p) → televisor (1080p);

b) entrada de vídeo compatível com as saídas do gravador do item 02, exigindo-se, no mínimo, 1 (uma) entrada HDMI;

3.3.6. O serviço de instalação e configuração inclui o funcionamento pleno do sistema: posicionamento das câmeras nos pontos levantados em visita técnica, conexão ao DVR, configuração do gravador, do disco de armazenamento e do televisor para exibição das imagens;

3.4. **Especificações para o lote 2** - compreende a configuração e a manutenção do sistema de alarme Intelbras ANM 24 NET, restabelecendo seu pleno funcionamento, incluindo a troca de peças se houver necessidade.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

4.1. O prazo para entrega dos equipamentos e materiais e para a conclusão dos serviços de instalação, configuração e manutenção será de 03 (três) dias corridos a partir do recebimento das Ordens de fornecimento/serviço.

4.2. Local de entrega e de execução dos serviços: sede da Câmara Municipal de Igaratinga/MG, situada na Rua Conceição Maria de Jesus, nº 25, Centro, Igaratinga/MG – CEP 35.595-000, em dias úteis e no horário de expediente da Administração;

4.3. A entrega dos equipamentos deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, contendo a discriminação dos itens fornecidos, quantidades, marca, modelo e demais informações necessárias à conferência do objeto contratado.

4.4. As despesas com transporte, frete, seguro, carga, descarga e demais custos necessários à entrega e à execução dos serviços correrão exclusivamente por conta da Contratada.

4.5. Os serviços de instalação e configuração serão considerados concluídos somente após a comprovação do funcionamento pleno do sistema CFTV, bem como do sistema de alarme, na presença do fiscal da contratação ou de servidor designado.

5 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução como um todo consiste na aquisição direta e integral dos equipamentos, materiais e serviços discriminados neste Termo de Referência, organizados em 2 (dois) lotes:

- **Lote 1** – Aquisição de equipamentos e materiais para implantação de sistema de segurança eletrônica, circuito fechado de televisão (CFTV), com instalação, incluindo serviço de instalação e configuração dos equipamentos e televisor para monitoramento;

- **Lote 2** – Configuração e manutenção do sistema de alarme Intelbras ANM 24 NET existente.

5.2. Os fornecedores participantes da pesquisa de preços realizaram visita técnica in loco ao prédio da Câmara Municipal, ocasião em que foram levantados os pontos de instalação das câmeras, quantificados os materiais (inclusive a metragem de cabo necessária), identificadas as câmeras atualmente instaladas e sua compatibilidade com os novos equipamentos e analisado o sistema de alarme existente, o que assegura a correspondência entre o objeto contratado e a solução técnica efetivamente necessária às instalações do órgão.

5.3. Da desmontagem e retirada dos equipamentos danificados. Os serviços de instalação do Lote 1 compreendem, sem custo adicional, a desmontagem e a retirada dos equipamentos e materiais danificados do sistema atual: câmeras, gravador, fontes, cabos e acessórios existentes, bem como o desmonte de suportes e fixações que não forem reaproveitados, executados de forma a preservar a integridade das instalações do prédio.

5.4. Da guarda e da destinação dos bens retirados. Os equipamentos e materiais retirados constituem patrimônio público e deverão ser entregues à Administração, no ato do recebimento definitivo, mediante termo próprio de entrega, com identificação dos bens (espécie, quantidade e estado de conservação). Fica vedada à Contratada a alienação, a retenção, o aproveitamento ou o descarte de qualquer bem retirado, não se presumindo autorização para descarte do patrimônio público. A destinação final dos bens guarda, baixa patrimonial, alienação ou descarte, será definida exclusivamente pela Administração, após avaliação, observados os procedimentos internos de administração patrimonial do órgão.

5.5. A solução adotada mostra-se a mais adequada para atender à demanda da Câmara, considerando a essencialidade do sistema de segurança, a urgência do restabelecimento e a economicidade da manutenção do sistema de alarme existente em vez de sua substituição integral.

6 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES
Órgão: CORPO LEGISLATIVO
Projeto Atividade: 01.031.0025.1003- EQUIPAMENTO/MOBILIÁRIO/ADMINISTRAÇÃO
Elemento Despesa: 4.4.90.00 – ficha 4
Fonte: 1500 – RECURSOS PRÓPRIO

Projeto Atividade: 01.031.0025.2002- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA
Elemento Despesa: 3.3.90.30.00 – ficha 11
Fonte: 1500 – RECURSOS PRÓPRIO

Projeto Atividade: 01.031.0025.2002- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA
Elemento Despesa: 3.3.90.39.00 – ficha 15
Fonte: 1500 – RECURSOS PRÓPRIO

7. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação terá vigência de 60 (sessenta) dias, incluindo a entrega, instalação dos equipamentos, manutenção e configuração do sistema de alarme, a contar da data da emissão do empenho.

7.2. Tratando-se de execução integral do objeto, a formalização do instrumento contratual poderá ser substituída por nota de empenho de despesa pré-emitida ou documento equivalente, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que o valor total do empenho e a respectiva dotação orçamentária estejam em conformidade com os parâmetros estabelecidos no art. 12 da mesma Lei. A substituição do contrato por nota de empenho é motivada exclusivamente pela execução integral do objeto, não implicando dispensa de quaisquer obrigações, garantias, sanções ou controles previstos neste Termo de Referência, na proposta e na legislação aplicável.

7.2.1. A nota de empenho deverá fazer referência expressa a este Termo de Referência e à proposta comercial apresentada pela Contratada, que passam a integrar o instrumento de contratação, vinculando as partes nas mesmas condições que constariam de contrato formal, inclusive quanto às especificações técnicas, prazos, garantias, sanções e condições de pagamento.

7.2.2. Permanecem integralmente aplicáveis, ainda que substituído o contrato: as obrigações das partes; as garantias dos equipamentos e serviços; o regime de gestão e fiscalização; o recebimento do objeto; as sanções administrativas; e a ordem cronológica de pagamentos prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. A execução do objeto ocorrerá mediante Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pela Administração, observados os prazos e as condições estabelecidos neste Termo de Referência, cabendo à Contratada o início da execução somente após o seu recebimento.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá constar a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Serão observados os requisitos técnicos, quantitativos, local, prazo e garantias definidos neste TR. Não se admitem bens usados, recondicionados ou incompatíveis com a solução. As embalagens e informações do fabricante deverão ser adequadas ao produto.

8.2. Não são exigidos atestados, registros profissionais ou laudos como documentos de habilitação técnica nesta minuta, segundo o escopo e as exigências do TR de origem. Permanece obrigatória a observância de habilitação profissional ou autorização que a lei material efetivamente imponha à atividade, cujo enquadramento deverá ser validado pelo setor competente antes da divulgação.

8.3. A proposta indicará marcas e modelos e permitirá verificar as características ofertadas. Informações técnicas poderão ser confirmadas em diligência de aceitabilidade, sem criação posterior de exigência restritiva de habilitação.

9 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção da proposta mais vantajosa e que cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência.

9.2. A contratação se dará pelo **menor preço global por lote,** e com relação ao Lote 1, a análise deverá ser realizada item a item como parâmetro de razoabilidade, vedada a desclassificação por item isolado.

9.3. Poderão participar as microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, incluídos os microempreendedores individuais – MEI e as sociedades cooperativas legalmente equiparadas, regularmente constituídas e com atividade compatível com o objeto, observadas as condições previstas na legislação e nos atos da Administração.

9.4. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica, serão observadas as exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos atos da Administração que estruturarem a contratação.

9.5. Garantia da Proposta

9.5.1. Não será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

9.6. Garantia do Contrato

9.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as particularidades de cada lote:

Lote 1 — fornecimento de bens com instalação:

a) **Recebimento Provisório**: no ato da entrega dos equipamentos e materiais, mediante conferência das quantidades, marcas, modelos e integridade dos produtos, com apresentação da nota fiscal e registro em termo próprio;

b) **Recebimento Definitivo**: após a conclusão dos serviços de instalação e configuração e a realização de teste funcional do sistema CFTV completo, gravação e reprodução

das 8 (oito) câmeras, visão noturna, exibição das imagens no televisor e acesso remoto, comprovando o pleno funcionamento do conjunto, na presença do fiscal da contratação ou de servidor designado.

Lote 2 — serviço de configuração e manutenção do alarme: o recebimento ocorrerá em etapa única, após a execução do serviço, mediante verificação do pleno funcionamento do sistema de alarme Intelbras ANM 24 NET, acionamento, sinalização e integração dos componentes existentes, na presença do fiscal da contratação ou de servidor designado, com registro em termo próprio.

10.2. O recebimento definitivo do Lote 1 ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados da conclusão dos serviços de instalação; o do Lote 2, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação da conclusão do serviço pela Contratada.

10.3. Os produtos e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, apresentarem defeitos, avarias, vícios de fabricação ou de execução, ou divergência quanto à marca, modelo ou características ofertadas, devendo a Contratada promover a substituição ou regularização no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação, sem ônus para a Administração, suspendendo-se o recebimento definitivo até a completa solução da pendência.

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada e registrada em termo próprio, quando houver necessidade de realização de diligências, testes, verificações complementares ou solicitação de esclarecimentos à Contratada.

10.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, funcionamento e adequação do objeto fornecido, permanecendo íntegra sua responsabilidade por vícios aparentes ou ocultos, nos termos dos arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021, durante o prazo de garantia e a vigência contratual.

11 - DO PAGAMENTO

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica prevista no artigo 141 da 14.133/21.

11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o Órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021

11.5. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

11.5.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

11.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.10. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Celi Ferreira Campos** dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

12.6. A gestão do contrato, ficará por conta da servidora, **Dirce Bernardo de Queiroz,** designada por meio de portaria 02/2026, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (se for o caso);

III - Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato (se for o caso);

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão dos serviços;

12.7. O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante a Câmara na execução da contratação objeto deste termo de referência.

13 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se, no limite do lote ou dos lotes contratados, a:

13.1.1. Fornecer os equipamentos e materiais e executar os serviços em perfeitas condições de uso e funcionamento, observando as especificações técnicas, quantitativos, prazos e

condições do Termo de Referência e da proposta aceita, exclusivamente quanto ao lote ou aos lotes que lhe forem contratados.

13.1.2. Entregar os equipamentos e materiais novos, sem uso anterior, em suas embalagens originais e íntegras, quando aplicável, acompanhados dos respectivos manuais, informações técnicas, identificação do fabricante e documentos de garantia, observadas as características de cada produto.

13.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos, falhas e desconformidades dos equipamentos, materiais e serviços fornecidos, aparentes ou ocultos, que comprometam sua qualidade, segurança, desempenho ou adequação à finalidade a que se destinam, nos termos da legislação aplicável.

13.1.4. Executar a instalação, configuração e manutenção compreendidas no lote contratado conforme a solução técnica descrita no Termo de Referência e as condições do local disponibilizadas igualmente aos interessados. No Lote 1, assegurar a integração e o funcionamento do sistema CFTV; no Lote 2, restabelecer o funcionamento do alarme existente, nos limites do escopo especificado.

13.1.5. Corrigir, reparar ou substituir, sem qualquer ônus adicional para a Administração, os equipamentos, materiais ou serviços que apresentarem desconformidades, defeitos, falhas de funcionamento ou avarias constatadas durante o recebimento, a execução contratual ou o período de garantia, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

13.1.6. Zelar pela integridade das instalações físicas, elétricas, lógicas e estruturais da Câmara Municipal durante a execução dos serviços, adotando as medidas necessárias à prevenção de acidentes e danos, responsabilizando-se pelos prejuízos comprovadamente decorrentes de sua atuação, de seus empregados ou prepostos.

13.1.7. Arcar integralmente com todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento da contratação, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, carga, descarga, deslocamento de pessoal, ferramentas, equipamentos auxiliares, materiais de instalação, prestação de garantia e demais custos que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto.

13.1.8. Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas ao objeto contratado, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências cabíveis para assegurar a adequada execução contratual.

13.1.9. Reparar ou substituir, às suas expensas, os equipamentos e materiais rejeitados pela fiscalização da Câmara Municipal por não atenderem às especificações técnicas, condições de qualidade ou requisitos de funcionamento estabelecidos na contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.1.10. Cumprir integralmente as garantias mínimas exigidas para os equipamentos, materiais e serviços fornecidos, assegurando a assistência técnica e a correção de falhas cobertas pela garantia, nos prazos e condições previstos no Termo de Referência e na legislação aplicável.

13.1.11. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto. O fornecimento de bens fabricados por terceiros não caracteriza subcontratação, conforme art. 74, § 3º, da Resolução nº 67/2024.

13.1.12. Não permitir a utilização de trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nem permitir o trabalho de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

13.1.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, cuja inadimplência não transfere automaticamente à CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento, observadas as disposições do art. 121 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

13.1.14. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação direta, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.15. Entregar os equipamentos e materiais e executar os serviços na sede da Câmara Municipal de Igaratinga/MG, no endereço especificado no Termo de Referência, responsabilizando-se pelo transporte, carga, descarga, movimentação e acondicionamento dos produtos.

13.1.16. Comunicar formalmente à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas em relação à entrega ou à execução programada, fato previsível que possa impedir o cumprimento dos prazos, com justificativa e comprovação. Se o impedimento for superveniente e imprevisível, comunicar imediatamente após sua ciência. A comunicação não implica prorrogação ou afastamento automático de responsabilidade.

13.1.17. Apresentar, quando solicitado pela Administração, os documentos necessários à comprovação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista.

13.1.18. Cumprir, durante a execução, as reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, quando aplicáveis, e comprovar seu atendimento no prazo fixado pelo fiscal, com indicação dos empregados que preencham as vagas e proteção de seus dados pessoais, conforme art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.19. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após tomar conhecimento, qualquer ocorrência anormal, acidente, dano, falha relevante ou situação que possa comprometer a segurança das pessoas, das instalações ou a regular execução do objeto, adotando imediatamente as medidas de contenção necessárias.

13.1.20. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as especificações técnicas, normas de segurança ou boas práticas profissionais, ou que coloque em risco a integridade de pessoas, equipamentos, instalações ou bens públicos e de terceiros.

13.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, imagens, gravações, senhas, credenciais, configurações de segurança, dados pessoais e demais informações a que tiver acesso em decorrência da execução contratual, abstendo-se de divulgá-los, reproduzi-los, compartilhá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da execução do objeto, salvo autorização expressa da CONTRATANTE ou obrigação legal.

13.1.22. Arcar com equívocos de sua proposta quanto aos materiais, acessórios e custos necessários à execução do escopo definido e disponibilizado aos interessados, sem transferir à CONTRATANTE custos já abrangidos no preço. Esta obrigação não autoriza ampliação indeterminada do objeto, nem transfere à CONTRATADA erros do projeto ou do levantamento da Administração, ressalvadas as alterações e o reequilíbrio legalmente cabíveis.

13.1.23. Cumprir integralmente as normas técnicas, de segurança do trabalho, prevenção de acidentes, proteção patrimonial e demais regras internas da CONTRATANTE aplicáveis à execução dos serviços, bem como as disposições legais e regulamentares pertinentes.

13.1.24. Assegurar que o acesso remoto ao sistema de monitoramento, às gravações e às configurações dos equipamentos seja realizado exclusivamente por pessoas autorizadas pela CONTRATANTE, utilizando mecanismos adequados de autenticação e segurança, sendo vedado manter acessos, credenciais ou permissões não autorizadas após a conclusão dos serviços.

13.1.25. Fornecer todos os materiais, cabos, conectores, fontes, dispositivos de interconexão, acessórios, ferramentas e demais componentes necessários à instalação e ao pleno funcionamento do sistema contratado, observadas as especificações técnicas e as obrigações de fornecimento previstas no Termo de Referência, sem cobrança adicional por componentes já compreendidos no objeto.

13.1.26. Emitir e encaminhar à Câmara Municipal de Igaratinga/MG a correspondente Nota Fiscal, devidamente preenchida, com identificação dos equipamentos, materiais e serviços fornecidos, valores e demais informações legalmente exigíveis, observadas as condições de recebimento, liquidação e pagamento previstas na contratação.

13.1.27. Executar o objeto mediante autorização formal da Administração, por meio de ordem de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, inclusive quando encaminhado por e-mail institucional, observando os quantitativos, as especificações, o local de execução e os prazos estabelecidos.

13.1.28. Cumprir rigorosamente os prazos de entrega, instalação, configuração, testes, manutenção e demais etapas da execução contratual, conforme definidos no Termo de Referência e no instrumento contratual, não podendo alterá-los unilateralmente.

13.1.29. Garantir que os equipamentos e materiais fornecidos sejam compatíveis com as especificações exigidas e com os demais componentes do sistema, realizando, quando necessária, a substituição por produtos de características técnicas iguais ou superiores, desde que previamente aceitos pela fiscalização e sem acréscimo de custos à CONTRATANTE.

13.1.30. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração e pela fiscalização contratual, disponibilizando informações técnicas, manuais, orientações de operação, dados de configuração e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução.

13.1.31. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização contratual, permitindo o acesso dos representantes formalmente designados pela CONTRATANTE aos locais de execução, equipamentos, materiais e documentos pertinentes, bem como atendendo às determinações regularmente expedidas pela fiscalização.

13.1.32. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021, não sendo a responsabilidade excluída ou reduzida pelo acompanhamento e pela fiscalização administrativa.

13.1.33. Realizar os testes de funcionamento correspondentes ao lote contratado, demonstrando, no Lote 1, captação, transmissão, gravação, armazenamento, reprodução, visão noturna, visualização no televisor e acesso remoto; no Lote 2, acionamento, sinalização e integração dos componentes do alarme existente.

13.1.34. Entregar à CONTRATANTE, ao final da instalação e configuração, todas as senhas administrativas, credenciais de acesso, informações de configuração e orientações necessárias à operação e administração dos sistemas, garantindo que a Câmara Municipal detenha o controle dos equipamentos e dos acessos autorizados.

13.1.35. Orientar os servidores indicados pela CONTRATANTE quanto à utilização básica dos equipamentos, consulta às gravações, operação do sistema de monitoramento e procedimentos necessários ao funcionamento regular dos sistemas instalados, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.1.36. Manter o local de execução organizado, limpo e seguro, recolhendo embalagens e resíduos decorrentes dos serviços. Os equipamentos e materiais retirados do sistema existente constituem patrimônio público e deverão ser entregues à Administração mediante termo, sendo vedados sua retenção, alienação, aproveitamento ou descarte pela CONTRATADA.

13.1.37. Cumprir todas as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta, em seus anexos e no instrumento contratual, ainda que não reproduzidas expressamente nesta cláusula, desde que compatíveis com o objeto e com a legislação aplicável.

13.1.38. Orientar e treinar seus empregados e prepostos sobre confidencialidade e proteção de dados pessoais, observando a Lei nº 13.709/2018 e as instruções lícitas da CONTRATANTE, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas à segurança dos dados a que tiver acesso.

13.1.39. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE incidente de segurança ou acesso indevido de que tenha conhecimento, preservar as informações necessárias à apuração e cooperar nas medidas de contenção e de resposta, sem divulgação não autorizada de imagens ou credenciais.

13.1.40. Indicar preposto ou representante com poderes para acompanhar a execução, informando nome, telefone e e-mail e mantendo esses contatos atualizados durante a execução e o período de garantia.

14 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE observará as seguintes obrigações:

14.1.1. A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos equipamentos, materiais e serviços efetivamente fornecidos e executados, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a verificação da conformidade do objeto, o recebimento e o atesto pelo servidor competente, observadas as condições, os prazos e as formalidades estabelecidos neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta, no instrumento contratual e na legislação aplicável.

14.1.2. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos, condições de execução e garantias estabelecidos no presente Termo de Referência.

14.1.3. Receber os equipamentos, materiais e serviços segundo as etapas previstas no Termo de Referência: recebimentos provisório e definitivo para o Lote 1 e recebimento definitivo em etapa única para o Lote 2, observados o art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e o art. 73, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 67/2024.

14.1.4. Conferir os equipamentos, materiais e serviços fornecidos e executados quanto à quantidade, qualidade, integridade, compatibilidade, especificações técnicas, condições de funcionamento e conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e na proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

14.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito, inclusive por e-mail institucional com comprovação de envio e recebimento, sobre vícios, defeitos, falhas, avarias ou desconformidades, determinando sua correção, reparação ou substituição, às expensas da CONTRATADA, nos prazos distintos de recebimento e garantia previstos no Termo de Referência.

14.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por intermédio de servidor ou representante formalmente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as ocorrências relacionadas à execução contratual e adotando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou irregularidades.

14.1.7. Disponibilizar à CONTRATADA, nos limites necessários à execução do objeto, as condições de acesso às dependências da Câmara Municipal de Igaratinga/MG, indicando os locais destinados à instalação dos equipamentos, os pontos de monitoramento e os responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, observadas as normas internas de segurança e funcionamento do órgão.

14.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos, materiais ou serviços entregues ou executados em desacordo com as especificações técnicas, requisitos de qualidade, condições de funcionamento ou demais exigências previstas no Termo de Referência, determinando as providências necessárias à regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções legalmente cabíveis.

14.1.9. Aplicar à CONTRATADA, quando cabíveis, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Aviso de Contratação Direta e no instrumento contratual, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a observância do devido processo administrativo.

14.1.10. A CONTRATANTE não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos ou omissões da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade legalmente atribuídas à Administração Pública.

14.1.11. Disponibilizar local, data e horário para a entrega dos equipamentos e materiais e para a execução dos serviços, observadas as condições de funcionamento da Câmara Municipal e os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

14.1.12. Receber provisoriamente os equipamentos e materiais do Lote 1 no ato da entrega, mediante conferência inicial das quantidades, marcas, modelos, integridade e documentos, com registro em termo próprio. A entrega física não equivale à aceitação definitiva da solução instalada.

14.1.13. Receber definitivamente cada lote após a conclusão das obrigações e dos testes correspondentes, mediante termo que comprove o atendimento das exigências, independentemente da conclusão de lote contratado com outro fornecedor.

14.1.14. Concluir o recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias úteis da conclusão da instalação e configuração do Lote 1 ou da comunicação de conclusão do Lote 2, observadas as diligências, suspensões e prorrogações motivadas previstas no Termo de Referência.

14.1.15. Designar formalmente o responsável pela fiscalização da contratação, competindo- lhe acompanhar a entrega, a instalação, a configuração, a manutenção e os testes de funcionamento dos sistemas, bem como registrar as ocorrências verificadas e comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassem suas atribuições.

14.1.16. Prestar à CONTRATADA as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto, especialmente quanto às condições de acesso às instalações, localização dos equipamentos, funcionamento dos sistemas existentes e procedimentos internos de segurança, observados os limites de acesso autorizados pela Administração.

14.1.17. Assegurar que o acesso aos sistemas de monitoramento, às imagens, gravações, senhas, credenciais e demais informações de segurança da Câmara Municipal seja restrito às pessoas devidamente autorizadas, adotando as medidas necessárias à proteção das informações e dos dados pessoais tratados em decorrência da contratação, observada a Lei nº 13.709/2018.

14.1.18. Verificar, por ocasião do recebimento definitivo, a entrega das informações técnicas, manuais, documentos de garantia, credenciais administrativas e demais elementos necessários à operação e à administração dos equipamentos e sistemas, quando exigidos no Termo de Referência.

14.1.19. Cumprir as demais obrigações previstas no Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta, em seus anexos, no instrumento contratual e na legislação aplicável, assegurando as condições necessárias à regular execução, fiscalização e recebimento do objeto contratado.

14.1.20. Observar o prazo de 5 (cinco) dias para liquidação, prorrogável por igual período mediante justificativa, e de até 30 (trinta) dias para pagamento após a liquidação, respeitada a ordem cronológica do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e as regras do Termo de Referência.

14.1.21. Verificar a regularidade fiscal, social e trabalhista e efetuar somente as retenções tributárias legalmente aplicáveis à operação e à natureza da CONTRATANTE, sem instituir retenção definitiva de pagamento devido apenas por irregularidade fiscal superveniente.

14.1.22. Emitir as ordens de fornecimento e de serviço depois da formalização eficaz da contratação, assegurando acesso ao local e disponibilidade das informações necessárias à execução nos prazos contratados.

14.1.23. Receber e registrar os bens retirados do sistema existente, controlar a entrega de manuais, termos de garantia e credenciais administrativas e definir, com exclusividade, a guarda e a destinação do patrimônio público recolhido.

15 – DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

15.1. Os equipamentos e materiais fornecidos deverão ser novos, e estar em perfeitas condições de funcionamento, amparados por garantia legal e contratual de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do objeto, abrangendo os equipamentos constantes do Lote 1 — câmeras de segurança, gravador digital de vídeo (DVR) e disco de armazenamento, fonte de alimentação e televisor —, sem ônus adicional para a Administração. Quando a garantia ofertada pelo fabricante for superior ao prazo mínimo aqui estabelecido, prevalecerá o prazo do fabricante.

15.2. Os serviços de instalação e configuração dos equipamentos (Lote 1) e de configuração e manutenção do sistema de alarme (Lote 2) serão garantidos pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento definitivo, período no qual a contratada deverá sanar, sem ônus para a Administração, quaisquer falhas de execução ou de funcionamento decorrentes dos serviços prestados.

15.3. As garantias previstas neste Termo de Referência não excluem a responsabilidade da contratada por vícios ocultos e defeitos, nos termos dos arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 441 a 444 do Código Civil, permanecendo íntegra a responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros por sua culpa ou dolo na execução do contrato.

15.4. Durante o período de garantia, a contratada deverá atender às solicitações da Administração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da responsabilização civil.

15.5. A garantia compreende o fornecimento de peças, mão de obra e deslocamento, vedada a cobrança de qualquer valor adicional pela manutenção corretiva de equipamentos e serviços garantidos.

15.6. No ato do recebimento definitivo, a contratada emitirá termo de garantia com a identificação dos equipamentos, números de série, data de início e de término da garantia e canais de acionamento da assistência técnica.

16 – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação.

17 - PREVISÃO CONTRATUAL DE ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO.

17.1. Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, mediante requerimento específico, solicitar a correção das bases contratuais.

17.2. O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA-E ou pelo índice legalmente aplicável.

17.3. O reequilíbrio de preço somente será concedido quando comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme conceitua o art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

17.4. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, observar-se-á o repasse ou a revisão correlata, nos termos da legislação aplicável.

18 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive:

I – dar causa à inexecução parcial da contratação;

II – dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total da contratação;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o procedimento;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar a contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o procedimento ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução da contratação;

IX – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento; ou

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Para os fins do inciso X do subitem 17.1, considera-se, entre outros, comportamento inidôneo a declaração falsa quanto às condições de participação no procedimento, quanto ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou o conluio entre fornecedores, em qualquer momento da dispensa, inclusive após o encerramento da fase de lances.

18.3. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas ao fornecedor, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses de inexecução parcial da contratação (subitem 17.1, inciso I), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.5. A multa será aplicada nas modalidades compensatória e moratória, isolada ou cumulativamente com as demais sanções previstas no subitem 17.3.

18.6. A multa compensatória será de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação correspondente ao item ou aos itens atingidos pela infração ou, quando ainda não formalizada a contratação, sobre os respectivos valores estimados, observados a natureza e a gravidade da conduta, os prejuízos causados à Administração e o princípio da proporcionalidade.

18.7. O atraso injustificado na entrega ou na substituição dos produtos sujeitará a contratada à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais sanções cabíveis, não sendo exigida quando o valor da contratação for igual ou inferior ao previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.8. A aplicação da multa moratória não impede que a Administração, diante da gravidade ou da duração do atraso, reconheça a inexecução parcial ou total da obrigação e aplique as demais sanções legalmente cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

18.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível e observados os requisitos legais (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021).

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial nas condutas previstas nos incisos II a IV e VI a VII do subitem 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, assegurado o direito de defesa prévia.

18.11. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nas hipóteses legalmente previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, em especial nas condutas previstas nos incisos VIII a XII do subitem 17.1, observados os requisitos, a competência e os prazos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

18.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

18.13. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, bem como as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ou em legislação especial (art. 156, § 9º).

18.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

18.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela decorrerem para a Administração;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846/2013; e

VI – a existência de mecanismos internos de controle.

18.16. A aplicação das sanções ocorrerá em processo administrativo próprio, assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa, com observância dos procedimentos, competências e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável; para as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observar-se-á, adicionalmente, o procedimento previsto no caput e nos parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

18.17. As sanções aplicadas serão registradas e divulgadas nos sistemas e cadastros oficiais pertinentes, nos termos do art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

18.18. A aplicação das penalidades previstas neste instrumento poderá ser cumulada com as implicações penais cabíveis, nos termos do Capítulo II-B do Título XI do Código Penal (crimes contra a Administração Pública, incluído pela Lei nº 12.846/2013).

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A Câmara de Igaratinga/MG reserva-se no direito de rejeitar, total ou parcialmente, os bens ou serviços executados em desacordo com as condições contratadas.

19.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021.

19.3. Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas/MG como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Igaratinga, 13 de outubro de 2026.

Conceição Aparecida Fernandes Silva

Assessora parlamentar Mat.012

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação, contendo informações necessárias ao fornecimento e execução de serviços, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Marcelo José Fernandes

Presidente da Câmara

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO II

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO II

TABELA DE VALORES DE REFERÊNCIA

LOTE 1 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), COM INSTALAÇÃO.					
Item	**Descrição / Especificações técnicas**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unitário médio (R$)**	**Valor total médio (R$)**
01	Câmera de segurança 2MP (1080p), compatível com o sistema	UN	8	287,47	2.299,76
02	Gravador digital de vídeo (DVR) 8 canais (contempla o disco de armazenamento das gravações – HD 1TB)	UN	1	1.745,33	1.745,33
03	Cabo para instalação (UTP/rede)	MT	200	4,62	924,00
04	Fonte de alimentação	UN	1	195,06	195,06
05	Instalação e configuração dos equipamentos	SV	1	770,00	770,00
06	Televisor 32 polegadas Smart (monitoramento das imagens)	UN	1	1.538,97	1.538,97
TOTAL DO LOTE 1					**7.473,12**

LOTE 2 – CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ALARME – INTELBRAS ANM 24 NET					
Item	**Descrição / Especificações técnicas**	**Unidade**	**Qtd.**	**Valor unitário médio (R$)**	**Valor total médio (R$)**
01	Configuração e manutenção do sistema de alarme Intelbras ANM 24 NET existente	SERV	1	311,80	311,80
TOTAL DO LOTE 2					**311,80**

Valor global estimado: R$ 7.784,92 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO III

PROPOSTA

Nº	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
Valores expressos em Reais – R$					Total Geral	

EMPRESA PROPONENTE:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

_____,_____/_____/_____

Local Data

_____

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA PROPONENTE

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO IV

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1. **Habilitação Jurídica:**

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual (ou Distrital) e Municipal da sede da licitante.

2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

3. **Habilitação Econômico-Financeira:**

3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

3.1.1. Na hipótese em que a certidão para recuperação judicial ou extrajudicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/ deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

4. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita diretamente na sede da Câmara Municipal, pela Chefe de Compras e Licitações ou membro de sua Equipe de Apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o art. 12, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO V

DECLARAÇÕES

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Atender aos requisitos de habilitação e que são verídicas todas as informações prestadas, na forma da lei;
- Que inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no contratação e que estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Que estou ciente e concordo com as condições contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- Que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91 e em outras normas específicas (se for o caso).
- Que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- Que os preços ofertados, são de minha exclusiva responsabilidade, não sendo permitido pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- Que em caso de divergências, omissões ou eventuais erros de transcrições entre as informações apresentadas nas declarações e/ou propostas, e as constantes no Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta, para todos os fins prevalece o estipulado por este último, ao qual declaro plena ciência e tácita concordância com todas as condições nele estabelecidas.

Local Data

_____
Representante Legal

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

_____,_____/_____/_____

Local Data

_____

Representante Legal

Esta declaração ser preenchida somente quem for de cooperativas.

Processo nº 15/2026
Dispensa nº 15/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Como licitante organizado em cooperativa que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

_____,_____/_____/_____

Local Data

_____

Representante Legal